

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4943-5785-28B1-E3FA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4943-5785-28B1-E3FA



Hash do Documento

DE0210D712499767D3626792F5141E9DCC953DD006CA832B6589EBC8F8215627

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ nº 13.456.793/0001-42)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º SEMESTRE DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)									
BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
	Notas	2023	2022	2º semes- tre 2023	2023	2022	2º semes- tre 2023	2023	2022
Ativo									
Circulante		154.576	276.314						
Disponibilidades	4	1.740	10.502						
Aplicações interfinanceiras de liquidez		95.678	180.578						
Aplicações no Mercado Aberto		95.678	180.578						
Títulos e valores mobiliários		36.477	64.641						
Carteira própria		36.477	64.641						
Outros créditos		20.475	20.210						
Rendas a receber		13.186	13.765						
Diversos		3.801	1.716						
(-) Provisões para outros créditos		(912)	(1.271)						
Outros valores e bens		206	383						
Despesas antecipadas		206	383						
Não circulante		893	1.120						
Permanente		893	1.120						
Imobilizado e intangível		893	1.120						
Total do ativo		155.379	277.434						
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante		126.619	230.665						
Depósitos		95.956	190.050						
Outros depósitos		95.956	190.050						
Outras obrigações		30.663	40.637						
Sociais e estatutárias		8.514	9.569						
Fiscais e previdenciárias		18.548	22.626						
Diversas		3.581	8.439						
Patrimônio líquido		28.760	46.747						
Capital de domiciliados no país		4.000	4.000						
Reserva legal		800	800						
Reserva de lucros		23.960	41.947						
Total do passivo e do patrimônio líquido		155.379	277.434						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Eventos									
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.000	2.000	400	33.363	-	37.763	-	-
Aumento de Capital		2.000	(2.000)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(31.697)	(31.697)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.681	40.681	-	-
Destinações:									
(-) Constituição da reserva legal		-	-	400	8.584	(400)	-	-	-
(-) Constituição da reserva de lucro		-	-	800	41.947	-	46.747	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.000	4.000	800	8.584	-	8.984	-	-
Mutações do exercício		2.000	(2.000)	400	41.947	-	46.747	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.000	4.000	800	41.947	-	46.747	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(32.000)	-	(32.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.013	34.013	-	-
Destinações:									
(-) Constituição da reserva de lucro		-	-	800	23.960	(34.013)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.000	4.000	800	17.987	-	28.760	-	-
Mutações do exercício		4.000	-	800	35.592	-	40.302	-	-
Saldos em 30 de junho de 2023		4.000	-	800	35.592	-	40.302	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(26.000)	-	(26.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.458	14.458	-	-
Destinações:									
(-) Constituição da reserva de lucro		-	-	800	14.458	(14.458)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.000	4.000	800	23.960	-	28.760	-	-
Mutações do exercício		4.000	-	800	35.592	-	40.302	-	-
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
1. Contexto operacional: A BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora") com sede e a Rua Alves Guimarães, 1212, Pinheiros, São Paulo - SP foi constituída em 07 de fevereiro de 2011, tendo obtido junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) em 22 de março de 2011 a autorização para funcionamento no, em 30 de junho de 2011 junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 558/15 (antiga 306/99). A Distribuidora tem por objeto a prestação de serviços de agente fiduciário, administração de fundos e clubes de investimentos, constituição de sociedades de bolsa de capital estrangeiro; intermediação de operações de câmbio; praticar operações em investimentos e de futuro, compra e venda de metais preciosos, compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capital; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários e; incumbir-se de subscrever, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cauletes, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários.									
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil. De acordo com a Resolução nº 4.818, de 29/5/2020, Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração optou pela apresentação das notas explicativas completas. Foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN, quais sejam: - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); - Resolução nº 3.969/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1); - Resolução nº 4.534/16 - Pronunciamento Técnico - Ativo Intangível (CPC 04); - Resolução nº 4.535/16 - Pronunciamento Técnico - Ativo Imobilizado (CPC 27); - Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2 - Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras (CPC 12, R 1, R 2, 4 e 11); - Resolução CMN nº 4.877/20 - Resolução BCB nº 59 - Pronunciamento Técnico - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1); - Resolução nº 4.877/20 - Dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas; - Resolução nº 4.924/21 - princípios gerais para reconhecimento, mensuração, reconhecimento contábil (CPC 01, CPC 02, CPC 03, CPC 04, CPC 23, CPC 46, CPC 47); e - Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, ativos não financeiros, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado entre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Distribuidora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o dólar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 26 de março de 2024.									
3. Resumo das principais práticas contábeis: 1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente com o reconhecimento, independentemente de recebimento ou pagamento. 1.2. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de demonstrações contábeis, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias. 1.3. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados, conforme determinam o Circular nº 1.860, de 08 de novembro de 2001 e regulamentações posteriores, nas seguintes categorias: Títulos para negociação; títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação e disponíveis para venda são mensalmente ajustados pelos seus valores de mercado, procedendo ao registro da valorização ou desvalorização em contas adequadas de resultado do exercício e de patrimônio líquido pelo valor líquido das aplicações financeiras, respectivamente. Os títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ou que são registrados no resultado do período. 1.4. Permanente: Imobilizado de uso - estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (móveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados). Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo foi baixado. 1.5. Outros ativos e passivos circulantes: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidas das correspondentes reservas de despesas a serem aplicadas, provisões para perdas, 1.6. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 ao semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado sobre a base de cálculo, a alíquota é de 15% e ajustada pelas adições e exclusões previstas na legislação. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. 1.7. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. 1.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consistentemente com a Resolução nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN) e são as seguintes: - Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transmitidas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; - Passivos contingentes: são provisionados quando as obrigações são prováveis e os montantes estimados com base em dados mensuráveis com suficiente segurança e os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; e - Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. 1.9. Lucro (prejuízo) por ação: Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. 4. Caixa e equivalentes de caixa: As disponibilidades são compostas em sua totalidade por depósitos em instituições bancárias e com liquidez imediata:									
		2023	2022						
Depósito Bancários		1.740	10.502						
Aplicações interfinanceiras de liquidez - NE 5		95.678	180.578						
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (IVIM) - NE 5		36.477	64.641						
Total		133.895	255.721						
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários: A Distribuidora adota como estratégia de atuação não adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os títulos estão classificados em sua totalidade para "negociação".									
		2023	2022						
Valor de mercado									
Valor de mercado									
Aplicações em operações compromissadas com resgate em Dv-1									
NTN		95.678	180.578						
Aplicação em cotas de Fundos de Investimento		382	382						
Itau Soberano NF Simplex (FCFI)*		36.095	64.574						
Itau Soberano NF REF DI LP (FCFI)		36.095	64.574						
Total		132.155	245.219						
(a) Parte do valor aplicado, R\$5.115 (Cinco mil, cento e quinze mil), se encontra bloqueado e está classificada no grupo Devedores/depósitos em carteira. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve restrição entre as categorias de títulos e valores mobiliários. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. Os fundos de investimento estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (ETIP); Prestação de Garantias: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem títulos garantindo operações.									
Aplicações em operações compromissadas com resgate em Dv-1									
NTN		95.678	180.578						
Aplicação em cotas de Fundos de Investimento		382	382						
Itau Soberano NF Simplex (FCFI)*		36.095	64.574						
Itau Soberano NF REF DI LP (FCFI)		36.095	64.574						
Total		132.155	245.219						
(a) Parte do valor aplicado, R\$5.115 (Cinco mil, cento e quinze mil), se encontra bloqueado e está classificada no grupo Devedores/depósitos em carteira. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve restrição entre as categorias de títulos e valores mobiliários. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. Os fundos de investimento estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (ETIP); Prestação de Garantias: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem títulos garantindo operações.									
RECORTE DE RESULTADO DO EXERCÍCIO									
2º Semestre de 2023									
2023									
2022									
Receitas da intermediação financeira		12	7.204	17.540	13.138				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários			7.204	17.540	13.138				
Despesas da intermediação financeira			378	358	9				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			378	358	9				
Resultado bruto da intermediação financeira			7.582	17.898	13.147				
Outras receitas/despesas operacionais			24.655	47.937	64.408				
Receitas de prestação de serviços		13	66.844	132.286	135.564				
Despesas de pessoal		14	(20.094)	(39.866)	(31.709)				
Outras despesas administrativas		16	(16.637)	(33.560)	(28.180)				
Despesa Financeira			-	-	-				
Despesas tributárias		16	(5.458)	(10.823)	(11.317)				
Outras receitas operacionais			-	-	50				
Outras Despesas operacionais			-	-	-				
Resultado operacional			32.237	65.835	77.555				
Resultado antes da tributação sobre o lucro			32.237	65.835	77.555				
Imposto de renda e contribuição social		18	(10.018)	(24.061)	(28.133)				
Provisão para imposto de renda			(6.201)	(14.915)	(17.285)				
Provisão para contribuição social			(3.817)	(9.146)	(10.848)				
Participações societárias no lucro		15	(7.761)	(7.761)	(8.741)				
Lucro líquido do exercício/semestre			14.458	34.013	40.681				
Juros sobre capital próprio			1.000.000	1.000.000	1.000.000				
Quantidade de ações			14,46	34,01	40,68				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE									
Lucro líquido do semestre/exercício			14.458	34.013	40.681				
Outros resultados abrangentes			-	-	-				
Resultado abrangente			14.458	34.013	40.681				
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO									
Fluxo de caixa das atividades operacionais									

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DF80-2166-47A9-1A3A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DF80-2166-47A9-1A3A



Hash do Documento

67D890CE98F70F31AEBAB33130F6201637AAB357852063E0599DAE5103674DBF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



MAF DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 36.864.992/0001-42

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2º SEMESTRE DE 2023 E EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes, Colaboradores e Autoridade Monetária: Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (MAF DTVM) em suas controladas, relativas ao semestre de 2023 e 2022, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei nº 6.402/2006 e as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Criação da MAF DTVM:** A MAF DTVM foi constituída a partir da cisão parcial do Banco Modal S.A. ("Modal") que teve por objetivo segregare a operação de Administração Fiduciária de Fundos de Investimento, que já era uma unidade de negócio dentro do Modal, com pessoal dedicado. Em 3 de janeiro de 2020, foi aprovado pelo BACEN o processo de cisão do segmento de Administração Fiduciária de fundos líquidos (publicada no DOU em 6 de janeiro de 2020). Em outubro de 2020, foi aprovada pelo BACEN a criação da MAF DTVM, empresa cuja estrutura legal foi aprovada em 27 de outubro de 2020. Em 27 de outubro de 2020, a MAF DTVM foi criada e a Administração Fiduciária pelo Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o esforço de venda do segmento. A partir da criação da MAF DTVM em outubro de 2020, iniciamos o processo de obtenção das autorizações junto a CVM, ABEN e BACEN para que pudéssemos atuar como administradoras e custodiantes de fundos, incluindo a aquisição de licenças necessárias para a operação. Em 27 de outubro de 2020, a MAF DTVM foi criada e a Administração Fiduciária pelo Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o esforço de venda do segmento. A partir da criação da MAF DTVM em outubro de 2020, iniciamos o processo de obtenção das autorizações junto a CVM, ABEN e BACEN para que pudéssemos atuar como administradoras e custodiantes de fundos, incluindo a aquisição de licenças necessárias para a operação. Em 27 de outubro de 2020, a MAF DTVM foi criada e a Administração Fiduciária pelo Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022,

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante		42.164	76.685
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.521	36.081
Aplicações de Liquidez Imediata		23.211	36.068
Títulos e Valores Mobiliários		8.948	11.633
Ativo não circulante		10.969	10.969
Outros Créditos		9.244	9.124
Créditos Tributários		1.661	1.251
Valores a Receber - Fundos		3.992	4.262
Valores a Receber - Investidores Não Residentes		451	217
Diversos		3.156	1.564
Outros Valores e Bens		1.515	1.515
Ativo não circulante		17	50.199
Realizável a Longo Prazo		7.896	93.377
Outros Créditos		4	7.896
Investimento em Controladas		42.303	49.247
Imobilizado de uso	5	42.015	42.015
Intangível	6	288	448
Total do Ativo		92.363	135.262
Passivo		2023	2022
Passivo Circulante		28.435	64.410
Recursos Disponíveis de Clientes	7	21.995	29.473
Relações de Interdependência		14.103	22.654
Outras Obrigações	8	6.441	15.247
Fiscais e Previdenciárias	8.a.	1.078	1.359
Sociais e Estatutárias	8.b.	1.290	4.246
Diversas	8.c.	401	943
Pessoal		1.183	8.390
Passivo não circulante		3.635	6.262
Outras Obrigações		3.635	6.262
Outras Obrigações - Diversas		3.635	6.262
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	8.d.	3.635	6.262
Patrimônio Líquido		10	60.292
Capital Social		60.292	64.590
Reservas		21.784	(17.486)
Prejuízos Acumulados		(21.784)	(17.486)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		92.363	135.262

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
		2º Semestre	
		2023	2022
Receitas de Intermediação Financeira	Notas	2023	2022
Receitas de Intermediação Financeira		1.810	3.991
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	3	1.810	3.991
Rendas de Prestação de Serviços	16	21.727	45.689
Rendas de Administração e Custódia		19.408	40.657
Rendas de Investimento		2.319	5.032
Rendas de outros serviços prestados		2.319	5.032
Outras receitas (despesas) operacionais	(24.260)	(48.304)	(53.211)
Despesa de pessoal	12.a.	(14.103)	(22.654)
Outras despesas administrativas	12.b.	(9.197)	(21.159)
Despesas tributárias	12.c.	(1.065)	(3.276)
Outras Despesas Operacionais	12.d.	(1.513)	(4.723)
Outras Despesas Operacionais		49	843
Resultado de participações em controladas	5	1.531	5.503
Resultado não operacional		(723)	1.376
Resultado antes da tributação		(723)	1.376
Imposto de Renda		(0,262)	(1,022)
Contribuição Social	9	(2,627)	(10,222)
Alíquota Fixa		(2,627)	(10,222)
Participação nos Lucros	15	(2,598)	(4,595)
(Prejuízo) do Semestre/Exercício	(35,493)	(35,205)	(32,842)
(Prejuízo) por ação em circunlação - RS		65,209	65,209
Quantidade de Ações em Circulação		65.209	65.209

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
		2º Semestre	
		2023	2022
Prejuízo do semestre/período	(35,493)	(35,205)	(32,842)
Componentes do resultado abrangente		(35,493)	(32,842)
Resultado abrangente do semestre/período	(35,493)	(35,205)	(32,842)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2023		2022	
		Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		70.691	(15.344)	55.347	
Aumento de capital		11.385	—	11.385	
Prejuízo do exercício		—	(2.142)	(2.142)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		82.076	(17,486)	64.590	
Mutações de Exercício		11.385	(2.142)	9.243	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		82.076	(17,486)	64.590	
Antecipação de dividendos		—	(2.000)	(2.000)	
Prejuízo do exercício		—	(2.598)	(2.598)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		82.076	(21,784)	60.292	
Mutações de Exercício		—	(4,298)	(4,298)	
Antecipação de dividendos		—	(14,209)	(14,209)	
Prejuízo do exercício		—	(5,775)	(5,775)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		82.076	(21,784)	60.292	
Mutações do Semestre		—	(17,575)	(17,575)	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)			
		2º Semestre	
		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício/semestre	(5,575)	(2,298)	(2,142)
Ajustes ao prejuízo		1.362	1.622
Caixa de Imobilizado	6	2.340	4.817
Depreciação e amortização		2.262	5.082
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.340	1.022
Resultado de participações em controladas e coligadas	5	(1,531)	(5,503)
Prejuízo Ajustado	(1,142)	(3,300)	(13,310)
Aumento/redução em títulos e valores mobiliários		3.217	2.685
(Aumento/redução em outros créditos		(20)	237
(Aumento/redução em outros valores e bens		(47)	(294)
Aumento/redução em depósitos	7	12.960	(7.478)
Aumento/redução em outras obrigações	8	(1,859)	(11,436)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.065	(16,590)	(3,142)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos		2.000	6.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		2.000	6.000
Aumento de capital		4.000	10.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		4.000	10.000
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa		8.065	(16,590)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício		15.456	36.081
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício		23.521	36.081
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		8.065	(16,590)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("MAF", "MAF DTVM" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada a Rua Botafogo, 501 - 6º andar, Rio de Janeiro - RJ e tem por objetivo a prestação de serviços de administração de carteiras de valores mobiliários, custódia de valores mobiliários, escrituração e emissão de certificados de valores mobiliários, entre outros. A MAF DTVM foi constituída em 3 de maio de 2019 a partir da cisão parcial do Banco Modal S.A. ("Modal").
1.1. Estrutura Organizacional
A MAF DTVM é controlada pelo Grupo Apex ("Apex"). A Apex é controlada pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação de venda da MAF a seus controlados o grupo APEX em 31 de agosto de 2022, a MAF DTVM passou a ser controlada pelo grupo APEX, que é controlado pelo Banco e o Grupo Apex ("Apex"). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex ("Apex") anunciaram a transação por meio da compra da MAF DTVM pelo Apex, concluindo assim o segundo semestre de 2022 e o início do processo de transferência dos fundos e das atividades da Modal para a MAF DTVM. Embora esse foi concluído no início do segundo semestre de 2022 com a transferência da custódia dos fundos e o INRS. Com a conclusão da operação

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7431-1B33-BDB3-ED60> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7431-1B33-BDB3-ED60



Hash do Documento

0A64ECDADCC7C1AFFC030F9550FF0DACAB78514D691C85EEB3EF5E740F210E8F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





VERDE ASSET MANAGEMENT S.A. - CNPJ/INF nº 19.749.539/0001-76

Relatório de administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Verde Asset Management S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset Management S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2023, a Verde Asset Management S.A. possuía

R\$ 18,36 bilhões (2022 - R\$ 24,21 bilhões) de ativos sob gestão. **Destaque do exercício:** • **Receitas Operacionais:** Em 2023 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset Management S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida diretamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R\$ 348.696 mil (2022 - R\$ 507.579 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diretamente no Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade

superior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício correspondeu a R\$ 2.308 mil (2022 - R\$ 1.615 mil). • **Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2023 totalizaram R\$ 16.385 mil (2022 - R\$ 18.462 mil), tendo sido originadas por operações compromissadas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A., com remuneração de até 38% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pelo Credit Suisse Hedging Griffo Corretora de Valores Mobiliários, sem vencimento e com liquidez imediata e em outros representantes substancialmente por operações compromissadas. • **Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R\$ 150.772 mil (2022 - R\$ 170.377 mil), sendo R\$ 15.793 mil (2022

- R\$ 17.479 mil) referentes a despesas administrativas, R\$ 132.903 mil (2022 - R\$ 150.797 mil) de despesas com pessoal, R\$ 1.386 mil (2022 - R\$ 1.304 mil) de despesas de depreciação e amortização e R\$ 690 mil (2022 - R\$ 797 mil) de despesas tributárias. • **Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 63.131 mil (2022 - R\$ 105.940 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. • **Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R\$ 112.052 mil (2022 - R\$192.024 mil). **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram prestadas à Verde Asset Management S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		131.252	124.635
Caixa e equivalentes de caixa	3	121.755	203.200
Contas a pagar	4	8.195	10.251
Outros créditos		26	47
Despesas antecipadas		1.276	1.337
Não circulante		43.658	36.746
Depósitos judiciais	8	30.208	21.590
Ativos de direito de uso		5.867	9.522
Imobilizado	6	4.739	5.575
Intangível		34	59
Total do ativo		174.910	251.381

Passivo			
Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		127.285	211.261
Contas a pagar		562	1.142
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.1	88.368	103.240
Obrigações fiscais	7.2	25.625	53.694
Dividendos a pagar	9.3	12.730	53.981
Não circulante		44.252	36.727
Provisão para contingências	8	34.081	26.227
Passivos de arrendamento		10.171	10.500
Patrimônio líquido		3.373	3.373
Capital social	9.1	2.811	2.811
Reserva legal	9.2	562	562
Total do passivo e do patrimônio líquido		174.910	251.381

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. **Contexto operacional:** A Verde Asset Management S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social: i. O exercício da administração de carteiras e valores mobiliários próprios ou/ou terceiros, especificamente fundos de hedge, fundos de investimentos em participações e fundos de renda fixa ofertada a investidores institucionais, em qualquer caso, no Brasil e no exterior; e ii. A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 5 de abril de 2024.

2. **Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Esses políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação destas Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração ao IAS 12/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais"; A alteração também define o que é "infração de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pillar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pillar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pillar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **Alterações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"; de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificada passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses após a data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classificação de liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determina que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida a partir de data do balanço em até dez meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob condições somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com cuja a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até dez meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.3 Instrumentos financeiros:** CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, herdido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras e (ii) mensurados ao custo amortizado, que compreendem o "contas a receber de clientes". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2022 e 2023 possuiu instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados em nível 1. A Companhia não possuiu instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4 Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decorso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5 Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os recursos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a

Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,55% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juro sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.6 Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.7 Intangível:** As licenças de software adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumuladas. A vida útil dos ativos intangíveis da Companhia é estimada em 5 anos. **2.8 Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi aparada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda de base tributável, adicionando 10% de Impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R\$ 240 mil no ano. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro tributável estiver disponível para o pagamento de impostos. As diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alteração. **2.9 Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.10 Reconhecimento da dívida:** O CPC 47 (IFRS 16) - Receitas de contratos com clientes específica como e quando será aplicada a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A nova traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo estes: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descobrir se transfere a propriedade prometida a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos forem sendo atendidos para cada uma das atividades da Companhia. Os critérios são os seguintes: **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a não ser quando a entidade estiver em condições de fornecer a garantia, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido ou regulamentos de cada fundo, ultrapassarem certos referências de retorno (benchmark) ou outros referenciais de desempenho de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente nos meses de junho e dezembro de cada exercício. **2.11 Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras, com base no Estatuto Social. **2.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios da entidade. **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado no risco de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda e uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos, para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e no proconspecto cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.13 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Capital Social	Reserva legal	Lucro líquido do exercício
Em 31 de dezembro de 2021	2.811	562	-
Lucro líquido do exercício	-	-	192.024
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(138.043)
Dividendos a pagar	-	-	(53.981)
Em 31 de dezembro de 2022	2.811	562	- 3.373
Lucro líquido do exercício	-	-	112.052
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(99.322)
Dividendos a pagar	-	-	(12.730)
Em 31 de dezembro de 2023	2.811	562	- 3.373

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

6. Imobilizado e intangível: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2023	2022
Imobilizado	10	11
Instalações - Depreciação acumulada	(9)	(8)
Valor contábil líquido	1	2
Beneficiários em imóveis de terceiros - Depreciação acumulada	(2.218)	(1.178)
Valor contábil líquido	2.980	4.020
Mobiliário - Depreciação acumulada	(1.026)	(1.026)
Valor contábil líquido	746	894
Máquinas	137	131
Máquinas - Depreciação acumulada	(28)	(14)
Valor contábil líquido	109	117
Aparelhos de refrigeração	59	59
Aparelhos de refrigeração - Depreciação acumulada	(13)	(7)
Valor contábil líquido	46	52
Obras de arte	139	139
Obras de arte - Depreciação acumulada	-	-
Valor contábil líquido	139	139
Equipamentos de comunicação	118	118
Equipamentos de comunicação - Depreciação acumulada	(106)	(94)
Valor contábil líquido	12	24
Equipamentos - Hardware	1.711	1.191
Equipamentos - Hardware - Depreciação acumulada	(1.008)	(821)
Valor contábil líquido	703	370
Intangível total	8.368	7.872
Depreciação acumulada total	(3.659)	(2.297)
Valor contábil líquido do imobilizado	4.739	5.575
Intangível	2023	2022
Software	840	840
Software - Amortização acumulada	(806)	(781)
Valor contábil líquido	34	59
Intangível total	806	781

7. Outras obrigações: 7.1 Obrigações trabalhistas e previdenciárias: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2023	2022
Provisão de férias e encargos	2.750	2.260
Provisão de férias e encargos (a)	81.162	92.680
Provisão PLR funcionários (b)	2.922	4.086
Encargos s/ folha	1.534	3.886
Total	88.368	103.240

(a) A Companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade permitir que os Colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus como contrapartida por seu desempenho profissional individual e coletivo em função dos resultados da Companhia apurados em cada exercício social e sujeitos às limitações dispostas nesse Programa, de modo a (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores aos da Companhia e seus acionistas; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores, a fim de instituído em 2021 a remuneração de PLR, calculado com base nos resultados da Companhia apurados em cada semestre e de acordo o Programa, 2,25% do lucro operacional das Empresas será destinado aos funcionários. O pagamento foi realizado em 08 de fevereiro de 2024 referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

7.2 Obrigações fiscais: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2023	2022
IRPJ e CSLL	22.625	48.403
PIS e COFINS	2.432	3.512
IAS a recolher	519	741
Outros impostos	49	38
Total	25.625	53.694

8. Provisão para contingências: Em 18 de outubro de 2019, a Verde Asset Management S/A., impetrando o "Mandado de Segurança" nº 227-752018/03.6100 ("Mandado de Segurança"), distribuído pelo 22º Vara Cível Federal de São Paulo, para pleitear o não recolhimento das contribuições correspondentes à terceiros, calculadas sob a folha de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos realizados nos últimos 5 anos. Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 34.081 (R\$ 26.227 em 31 de dezembro de 2022), com depósitos judiciais realizados até a mesma data, no montante de R\$ 30.208 (R\$ 21.590 em 31 de dezembro de 2022).

9. Patrimônio líquido: 9.1 Capital Social: O capital social da Companhia totalizou integralizado é de R\$ 2.811 (2022 - R\$ 2.811) composto por 2.811.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **9.2 Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social, sendo que o saldo restante será, semestralmente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. **9.3 Dividendos:** Em 29 de janeiro de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., em complemento aos valores já distribuídos conforme deliberado em reunião da diretoria de 04 do novembro de 2023, no valor de R\$ 12.730 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2023. O pagamento dos dividendos foi realizado em uma única parcela em 29 de janeiro de 2024. Em 04 de dezembro de 2023, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 99.322, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2023, pagos a 04 de dezembro de 2023. Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 53.981 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2022. O pagamento dos dividendos foi realizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela de R\$ 51.282 foi paga nesta data e a segunda parcela de R\$ 2.700 foi paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 24 de abril de 2023. Em 28 de julho de 2022, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 138.043, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2022, integralmente pagos no exercício de 2022. Em 19 de janeiro de 2022, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$ 104.932 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021. A primeira parcela de R\$ 99.685 foi paga na mesma data e a segunda parcela no valor de R\$ 5.247 foi paga em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 08 de abril de 2022.

9.4 Destinação do

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro		2023	2022
Fluxos de caixa nas atividades operacionais			
Fluxos antes do imposto de renda e da contribuição social		175.183	297.964
Ajustes			
Despesa com depreciação / amortização		1.386	1.304
Provisão para contingências		7.854	7.561
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		184.423	306.829
(Aumento/Redução) em contas a receber		2.056	6.910
(Aumento/Redução) em outros créditos		22	(16)
(Aumento/Redução) em despesas antecipadas		61	-
(Aumento/Redução) em depósitos judiciais		(8.618)	(8.140)
(Aumento/Redução) em ativos de direito de uso		845	116
(Aumento/Redução) em contas a pagar		(133)	153
(Aumento/Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias		(14.872)	(17.465)
(Aumento/Redução) em obrigações fiscais		(54.442)	(99.044)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		109.342	189.343
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36.758)	(62.485)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		72.5	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F560-DBAF-4BB7-07D0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F560-DBAF-4BB7-07D0



Hash do Documento

01012F31DBDB840E6358C3D7C84F168AD533CFD95CD521D15858C7D8588AD792

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





HOLDING VERDE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 19.853.465/0001-13

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S.as o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações abrangeadas, resultando abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o balanço patrimonial consolidado, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. (em conjunto, "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em análise e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de estudos macro e microeconômicos com vies fundamentalistas.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante		15.134	57.820	140.776	226.227
Caixa e equivalentes de caixa	3	162	160	128.958	212.795
Contas a receber	4	-	-	9.642	11.230
Dividendos a receber	5	14.967	57.658	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	1.540	1.584
Outros créditos	6	5	2	636	618
Não circulante		5.894	5.894	68.114	58.937
Depósitos judiciais	10	-	-	54.076	43.154
Investimentos	5	5.894	5.894	-	-
Ativos de direito de uso	7	-	-	9.221	10.130
Imobilizado	8	-	-	4.773	5.563
Intangível	8	-	-	34	60
Total do ativo		21.029	63.714	208.890	285.164

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
PASSIVO	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante		14.939	57.624	133.901	219.979
Contas a pagar	-	-	-	634	404
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.1	-	-	90.616	105.761
Obrigações fiscais	9.2	-	-	27.733	56.190
Dividendos a pagar	11.3	14.939	57.624	14.938	57.624
Não circulante		-	-	68.899	58.995
Provisão para contingências	10	-	-	58.079	47.925
Passivos de arrendamento	7	-	-	10.820	11.170
Patrimônio líquido	11	6.090	6.090	6.090	6.090
Capital social	5	5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva de lucros	5	1.090	1.090	1.090	1.090
Total do passivo e patrimônio líquido		21.029	63.714	208.890	285.164

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais										
	Nota	Capital social		Reserva legal		Reserva de lucros		Lucros acumulados		Total
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.000	1.000	90	-	6.090	-	6.090	-	6.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	201.163	201.163
Destinação:										
Dividendos pagos	11.3	-	-	-	-	(143.539)	(143.539)	-	-	-
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		5.000	1.000	90	-	6.090	-	6.090	-	6.090
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.000	1.000	90	-	6.090	-	6.090	-	6.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	119.938	119.938
Destinação:										
Dividendos pagos	11.3	-	-	-	-	(105.000)	(105.000)	-	-	-
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	-	(14.938)	(14.938)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.000	1.000	90	-	6.090	-	6.090	-	6.090

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima - nº 3.600 - conjunto 111, constituída em 26 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social a participação em sociedades, com ênfase em relações, no Brasil ou no exterior. A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas:

Companhias controladas	Principais atividades desenvolvidas	% Participação	
		31/12/2023	31/12/2022
Verde Asset	Gestão de recursos de terceiros	100	100
Management S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100	100
Verde Serviços Internacionais S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100	100

A Companhia mantém controle do Fundo de Investimento em Renda Fixa denominado "VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI", o qual está apresentado de forma consolidada, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Tal consolidação, dá-se, pois, a capitalização deste fundo é proveniente do esforço de caixa realizado pela Companhia e suas Controladas.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis aplicadas no Brasil, incluindo as alterações de pronouncements, emitidos pelo Comitê de Pronouncements Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis do Grupo. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes mudanças nas políticas contábeis foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração do IAS 1 (CPC 26/R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-la e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações relevantes. O IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são aplicadas retroativamente a todas as transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao IAS 12/CPC 22 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de desarmamentamento. As seguintes mudanças nas políticas contábeis foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: Alteração ao IAS 1 (CPC 26/R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-la e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações relevantes. O IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são aplicadas retroativamente a todas as transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao IAS 12/CPC 22 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de desarmamentamento. As seguintes mudanças nas políticas contábeis foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: Alteração ao IAS 1 (CPC 26/R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-la e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações relevantes. O IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são aplicadas retroativamente a todas as transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

2.2. Instrumentos financeiros: O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão concluída do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2018 e pelo CPC 2016, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação do IAS 39. O objetivo do IFRS 9 é melhorar a mensuração e a classificação de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, hibridos de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilização de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração à custo ou pelo custo menos prejuízo líquido, mensuração a valor justo, mensuração a valor justo menos prejuízo líquido, mensuração a custo amortizado que compreendem as "contas a receber de clientes" e "demais contas a receber". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 31 de dezembro de 2023 não possui ativos financeiros sob a categoria de "ativos financeiros mensurados a custo menos prejuízo líquido", pois todos os ativos financeiros mensurados a custo menos prejuízo líquido, são justos, classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em qualquer caso (a, b, c ou d), que já possui o spread de crédito, de 11,55% a. Os pagamentos de arrendamento são mensurados ao custo líquido de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao custo são mensurados ao custo apresentado nas demonstrações do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão de fundos de investimento em valores mobiliários, em

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C45D-23B5-EE1B-6679> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C45D-23B5-EE1B-6679



Hash do Documento

5A29080A0014545655DFEF3E2A71D529B97B95E639C3FAEC35A0A0A1660849D4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/22EC-A925-6084-1846> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 22EC-A925-6084-1846



Hash do Documento

75208F6122F888C8466DD098DFF98B119C798C1755F31D850617640F0CED85F8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/211F-1C1A-6B1D-2DF9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 211F-1C1A-6B1D-2DF9



Hash do Documento

8CCCFEBB9115599BFF784A8F6278F4242F8D8E4726154E4AD501AC36BE2C1CA3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F656-0ECF-715B-AE47> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F656-0ECF-715B-AE47



Hash do Documento

90763F08447004E89CE1505D8F348D93266E614577432EB09F8A67BC612697F7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 09/04/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

